

01010
11001
00101



PoliTalks

CURSOS JURÍDICOS AVANÇADOS



2024

CONTEÚDO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03 a 05
CONHEÇA O CURSO	06 a 13
CONHEÇA O PROFESSOR	14 a 15
CONTRATAÇÕES / ORÇAMENTO	16
DADOS DA EMPRESA	17 a 18



Quem somos?

A PoliTALKS é uma empresa que foi criada para pensar na educação de forma inovadora. Na verdade, inovação é o nosso lema. Estamos sempre buscando entender como o aluno aprende ou como gostaria de aprender. Somos uma empresa jovem e, assim como os jovens, nos entediamos facilmente. Pensando assim, exigimos que todos os nossos professores tenham aulas dinâmicas, daquelas em que, meia hora após o seu término, os alunos conseguem aplicar o que aprenderam em suas vidas reais.

Portanto, não esperem aulas introdutórias longas ou que nossos professores fiquem por horas falando sobre princípios básicos de algum assunto. Nosso foco é a prática aplicada à vida real.

Foi pensando em formas novas de ensinar que resolvemos trazer o educador Iohannes Amos Comenius à contemporaneidade: ensinar qualquer coisa a qualquer um, de forma inovadora e criativa, esses somos nós.

Paula de Carli

Founder & CEO



Prestamos serviços de excelência

Apesar de sermos uma empresa jovem no mercado, nossos professores são os mais experientes do Brasil, combinando teoria e prática para aplicar nossa metodologia de ensino. Dessa forma, várias instituições já foram capacitadas pela Politalks.

Nosso principal público-alvo tem sido composto por servidores públicos federais, entre eles os Técnicos e Analistas da Justiça Eleitoral. Contudo, também já trabalhamos na capacitação de advogados, por meio da IMADEC, bem como atuamos na capacitação de Membros do Ministério Público, Juízes estaduais e federais.

Algumas das instituições que já capacitamos:



Tribunal Regional
Eleitoral de Goiás



Tribunal Regional
Eleitoral do Tocantins



Tribunal Regional
Eleitoral do Pará



Tribunal Regional
Eleitoral do Piauí



Tribunal Regional
Eleitoral de Alagoas



Tribunal Regional
Eleitoral de
Pernambuco



Tribunal Regional
Eleitoral do Amapá



Tribunal Regional
Eleitoral de Santa
Catarina



IMADEC



Tribunal Regional
Eleitoral de Rondônia



Tribunal Regional
Eleitoral do Espírito Santo



Tribunal Regional
Eleitoral da Bahia



Nossos diferenciais

Sabe aquele curso que você ofereceu na sua instituição e ninguém teve interesse em se inscrever? Por que isso acontece? A resposta é simples: os usuários se cansaram de fazer cursos teóricos e chatos, em que um professor fica lendo horas e horas de slides. Ninguém suporta mais isso.

Assim, o grande diferencial da Politalks está em seus colaboradores. Há um rigoroso controle a respeito da didática exigida de cada professor. Os professores são proibidos de darem aulas enfadonhas ou meramente teóricas. Há sempre atividades baseadas em metodologias ativas, em que os alunos aprendem fazendo. A exposição dialogada é a base das aulas dos professores parceiros da Politalks. Cada um tem liberdade para aplicar sua metodologia, desde que cumpra o pré-requisito primordial: todos os alunos precisam aprender algo útil e que possam aplicar no mesmo dia em seu trabalho.

Os nossos diferenciais não param por aí. Para cumprir nossa missão, nós nos responsabilizamos por todas as tarefas relativas ao curso contratado. Assim, o contratante não tem que se preocupar com absolutamente nada. Basta nos enviar a lista de alunos(com os dados necessários) que quer capacitar e o resto é com a nossa equipe. A única reclamação que ouvimos por repetidas vezes tem sido: "Poxa, porque o curso foi tão curto?"



Suporte rápido via WhatsApp.



Metodologia de ensino voltada para prática, com os melhores professores do Brasil.



Plataforma EAD.



Controlamos a participação e emitimos certificados.



Acompanhamos o desempenho de cada aluno individualmente.



Possibilidade de Credenciamento pela ENFAM.



Proposta comercial TRE-PI

Prof. Alexandre Basílio



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DEEP FAKE e ELEIÇÕES 2024

Atualizado com a Res. 23.732/2024
DIREITO DIGITAL ELEITORAL

Curso desenvolvido tendo em vista a perspectiva dos direitos humanos, gênero, raça e etnia, conforme as diretrizes previstas no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. O Curso também objetiva cumprir os requisitos da Res. 396/2021 do CNJ sobre cibersegurança para o judiciário.

Organização
POLITALKS

Coordenação
PAULA DE CARLI

Justificativa para uma capacitação sobre Direito Digital

Prima facie, as questões relacionadas à tecnologia permeiam cada vez mais as atribuições do Judiciário. Ainda que o processo não diga respeito, de forma direta, à tecnologia, nota-se que a produção de provas, as ordens de quebra de sigilo, a defesa e outras situações relacionadas ao cerne da discussão jurídica perpassam pelos meios tecnológicos, exigindo-se dos operadores do Direito uma atuação cada vez mais consentânea com essa realidade.

Dessa maneira, sobretudo considerando-se a Política Nacional de Segurança da Informação, Decreto 9.637/2018, alterada pelo Decreto 10.641/2021, bem como a Resolução n. 396/2021 do CNJ, que criou a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, é imprescindível que juízes, servidores e membros do Ministério Público sejam permanentemente capacitados sobre as questões que envolvam a tecnologia como ferramenta para o exercício pleno de suas atribuições, notadamente quando relacionadas às eleições.

O curso em questão tem por finalidade apresentar aos participantes os conceitos fundamentais sobre tecnologia, mídias sociais, infraestrutura

nos tribunais que atuam em processos que envolvam direito digital sentem-se inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessas atividades. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações.

Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto, mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de ciberespaço.

Justifica-se, também, o presente curso, em razão dos ataques digitais às redes de vários órgãos públicos de todas as esferas, como os recentes acontecimentos ocorridos contra o STF, STJ, TJRS e Senado Federal, bem como aos demais serviços públicos brasileiros, sem olvidar dos riscos aos computadores pessoais das autoridades e servidores públicos que, de forma direta ou indireta, trazem riscos para a infraestrutura protegida do órgão de sua lotação, ataques esses que serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação não apenas da equipe de tecnologia, mas, também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela justiça brasileira.



Sobre o Curso

I) Curso online:

- a) Com opções síncronas para realização de encontros ao vivo;
- b) Com opções síncronas e assíncronas para realização de encontros ao vivo ou não.

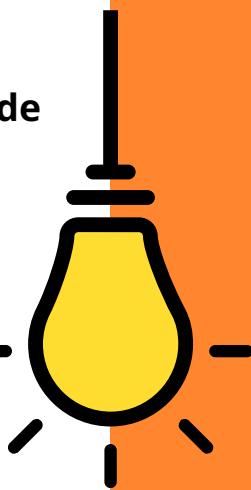
II) Curso presencial:

Não recomendamos, em razão do alto custo com deslocamento dos participantes e a necessidade de preparação de laboratório específico para exercícios práticos que, se realizado na modalidade online, poderão ser feitos no computador particular dos participantes. Sendo essa a escolha da administração, necessário considerar custos de deslocamento da equipe que acompanha o facilitador até local de sua realização pelo tempo que durar o evento.

Curso desenvolvido tendo em vista a perspectiva dos direitos humanos, gênero, raça e etnia, conforme as diretrizes previstas no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. O Curso também objetiva cumprir os requisitos da Res. 396/2021 do CNJ sobre cibersegurança para o judiciário.

Objetivo Geral

A PoliTalks apresenta o projeto de Curso de Direito Digital Eleitoral para as eleições de 2024, cujo conteúdo programático tem como principal objetivo atualizar os servidores, juízes e membros do Ministério Público , quanto às novas tecnologias aplicadas ao exercício de suas funções, em especial às eleições municipais de 2024. Importante frisar que o tema propaganda política e pesquisas eleitorais será abordado de forma transversal, sendo pré-requisito os conhecimentos, em especial, sobre propaganda eleitoral na internet. Trata-se, portanto, de um curso complementar ao curso de propaganda política e mídias sociais, cujo o foco é o uso da tecnologia em benefício do direito. Desse forma, a abordagem será voltada para o Direito Digital, aplicado ao direito Eleitoral.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Tribunal contratante pode optar por dar ênfase em qualquer dos temas ou reduzir a carga horária direcionada a qualquer assunto. Contudo, a carga horária total não poderá ser reduzida.

Unidade I – Apresentação do curso.

- 1.2 – Introdução à segurança da Informação;
- 1.3 – Disrupção digital.
- 1.4 – Pontos positivos e pontos negativos das novas tecnologias.
- 1.5 – Riscos institucionais e responsabilidade dos usuários.
- 1.6 – Quarta revolução industrial e as mudanças no mundo jurídico.
- 1.7 – Conhecimentos essenciais em tempos modernos.
- 1.8 – Casos práticos e uso acessório do Direito Digital pelas demais áreas do Direito.

Unidade II – Riscos Institucionais e a estratégia nacional de segurança cibernética.

- 2.1 – Ataques e invasões ao Judiciário Brasileiro.
- 2.2 – Como ocorrem os principais ataques.
- 2.3 – Introdução aos golpes de Phishing
- 2.4 – Casos práticos
- 2.5 – Rede Sem fio aberta ou desprotegida
- 2.6 – Casos práticos.
- 2.7 – Rede institucional desprotegida – Estudo de Caso – Cartório de Registro.
- 2.8 – Mal uso de equipamentos institucionais e os riscos ao órgão de lotação.
- 2.9 – Bad Usb, Shell reverso, Yellow Duck Usb e outras armadilhas
- 2.10 – Links desconhecidos
- 2.11 – Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?
- 2.12 – Ferramentas úteis.

Unidade III – Infraestrutura de Internet

- 3.1 – Como funciona a Internet?
- 3.2 – Conceitos essenciais:
 - 3.2.1 – IPV4
 - 3.2.2 - IPV6
 - 3.2.3 – Portas Lógicas
 - 3.2.4 – NAT – Network Address Translation
 - 3.2.5 – CGNAT – Carrier Grade Network Address Translation
 - 3.2.6 – DNS – Domain Name Service



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 3.2.7 – Whois, Nslookup, Dig e outras ferramentas essenciais.
- 3.2.8 – Protocolos de Rede (HTTP, HTTPS, SMTP e outros)
- 3.3 – Localização de infratores
- 3.4 – Remoção de conteúdo.
- 3.6 – Aspectos tecnológicos do Marco Civil da Internet e as responsabilidades dos provedores de conexão ou de aplicação.
- 3.7 – Ferramentas essenciais

Unidade IV – Introdução à OSINT Eleitoral

- 4.1 – Introdução à OSINT
- 4.2 – Divisões da estrutura de dados da internet
 - 4.2.1 – Superfície da Rede, Dark Web e Deep Web.
- 4.3 – Localização de informações na Superfície da Internet.
 - 4.3.1 – Localizando provedores de conteúdo hospedados no Brasil.
 - 4.3.2 – Localizando dados do CNPJ.
 - 4.3.3 – Localizando dados da pessoa física.
 - 4.3.4 – Relacionando domínios e subdomínios.
- 4.4 – Sock Puppets – Preparação de laboratório
 - 4.4.1 – Criação de laboratório para investigação.
 - 4.4.2 – Ferramentas avançadas
 - 4.4.3 – Busca de metadados, Identificadores de contas, URLs secretas e outras informações.
- 4.5 – Investigação em Mídias Sociais
 - 4.5.1 – Investigando um usuário específico – Exercício prático.
 - 4.5.2 – Analisando as redes sociais de um candidato em cumprimento à obrigatoriedade de transparência e cadastro dos endereços junto à Justiça Eleitoral.
- 4.6 – Busca reversa por imagem.
 - 4.6.1 – Busca reversa por imagem em buscadores
 - 4.6.2 – Busca reversa de imagem por extensões de navegador.
 - 4.6.3- Busca reversa de imagem por inteligência artificial.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.7 – Entendendo a Dark Web

4.7.1 – Operadores de buscas avançados.

4.7.2 – Dados obscurecidos na rede, robots e outros métodos de ocultação.

4.7.3 – Usando Google Dorks

4.7.4 – Analisando falhas de configuração de servidores quando à indexação de pastas.

4.7.5 – Conhecendo os Chains.

4.8 – Entendendo a Deep Web

4.8.1 – Funcionamento de uma rede Onion

4.8.2 – Acessando a Deep Web

4.8.3 – Verificando vazamentos de senhas.

4.8.4 – Verificando a ocorrência de crimes dos mais variados.

4.9 – Investigações em casos concretos

4.10 – Investigações avançadas – Follow the Money

4.10.1 – Segundo o dinheiro.

4.10.2 – Segundo os rastros da cobiça.

Unidade V - Introdução ao Direito Digital

5.1 – O Ciberespaço e a Lei do Cavalo – uma discussão importante sobre a legislação enfrentamento à desinformação.

5.2 - PL 2630 – O PL das Fake News.

5.3 – Retrospecto histórico do combate à desinformação no Brasil.

5.4 – Remoção de conteúdo em provedores hospedados em território nacional – Questões jurídicas.

5.5.1 – Singularização da relação processual e responsabilização dos provedores.

5.5 – Quebras de sigilo: quando, como e o que pedir.

5.5.1 – Dados coletados pelos provedores de conexão.

5.5.2 – Dados coletados pelos provedores de aplicação e redes sociais.

5.6 – Aplicando na prática o Marco Civil da Internet no Direito Eleitoral, combinado com a legislação eleitoral.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade VI – PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS.

6.1 – Prints de Tela.

6.1.1 – Funcionamento do protocolo HTTP(s) e os prints de tela.

6.1.2 – Filmagem da tela

6.1.3 – Modificando um site.

6.1.4 – Modificando uma conversa em programa de mensageria.

6.1.5 – Modificando um e-mail

6.1.6 – Forjando um remetente de e-mail.

6.2 – Atas notariais tradicional : Juris Tantum e Juris et de Jure?

6.3 – Legislação processual Civil.

6.4 – Prova digital em blockchain. Principais serviços.

6.5 - Fraudando conversas em aplicativos de mensageria

6.6 - Ferramentas importantes e como utilizá-las no dia a dia.

UNIDADE VII – DESAFIOS EM QUESTÕES PRÁTICAS ELEITORAIS.

7.1 - Vazamentos de dados

7.1.2 – Gerenciamento das senhas.

7.2 – Duplo fator de autenticação.

7.3 – Dissimulação nos impulsos de propaganda eleitoral -

7.4 - Remorização dos impulsos.

7.5 – Deep Fakes

7.5.1 – Jornal Nacional e Renata Vasconcelos

7.6 – Bolso Flix e Lula Flix – Análise de casos de 2022.

7.7 - Telegram e Whatsapp – Semelhanças, diferenças, bloqueio, suspensão. 7.7.1

Como investigar programas de mensagens instantâneas.

7.8 - Navegando anonimamente na rede. O Desafio do anonimato na rede e a Interferência Mínima da Justiça Eleitoral no Debate democrático.

UNIDADE VIII - Julgamento com perspectiva de Gênero e o Protocolo do CNJ.

Propaganda Eleitoral inclusiva, quotas de participação, Distribuição de tempo de propaganda e de recursos eleitorais. Provas digitais nos julgamentos de candidaturas laranjas.



DEPOIMENTOS DE ALUNOS

Silvio Ronaldo Moraes - Des. Integrante do Pleno do TRE-RS

"Tive o privilégio de fazer esse curso com o Prof Basílio na edição especial para o TRE. É excelente. O conteúdo abrange todos os aspectos necessários de real interesse, ministrados com uma didática ímpar, por quem detém profundo conhecimento da matéria. Prof. Basílio trabalha toda a evolução e sucessivas alterações das normas e princípios eleitorais até a atualidade, prendendo a atenção e enriquecendo culturalmente os alunos. Tenho o prazer de recomendar a todos e avalizo o proveito que o curso representa."

Ulisses Sousa Torres - Servidor TRE-AL

"Excelente curso. Abordagem atual da legislação e práticas eleitorais. Visão das mídias digitais, segurança de rede, produção e verificação de provas digitais. Meus sinceros agradecimentos a EJE/AL, Professor Basílio e à Politalks."

Carmen Maria Paiva Ferraz Soares - Magistrada 32ª ZE-PI

"Curso de excelência, muito boa capacitação. Matéria atual e necessária. Professor de inteligência privilegiada, didático, suave em transmitir seus conhecimentos."

Verian Francelino dos Santos - Servidora do TRE-PA

"O curso foi um divisor de águas para mim, na medida em que abriu meus olhos para urgente necessidade de adoção de medidas de segurança e proteção de senhas e dados pessoais/funcionais, bem como esclareceu quais os procedimentos adequados diante das "fake news" e de propaganda irregular nas redes sociais."

RAFAELA MENDES LEAL - Estagiária da 18ª ZE-GO

"Sou estagiária do cartório zona 18º e esse foi o melhor curso que eu fiz durante a minha formação de jurista, sem dúvidas muito proveitoso. Além de toda excelência, a didática é excelente, pois até mesmo uma estudante do 5º período de direito, no caso eu, pôde compreender e acompanhar o curso perfeitamente. Quero agradecer ao professor Basílio por abrir meu horizonte sobre o direito digital."



SINGULARIDADE DO CURSO E A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO

O curso requerido desfruta de singularidade, eis que moldado ao interesse do contratante, voltado que será para oferecer ao seu público-alvo um panorama, de forma prática, das principais normas e conceitos e ferramentas do Direito Eleitoral Digital e Mídias Sociais nas Eleições de 2024.

Neste sentido, propõe-se a contratação do professor Alexandre Basílio através da PoliTALKS cujo currículo é extenso:

Graduado em Direito, em Ciência Política e em Redes de Computadores. Pós-Graduado em Direito Eleitoral, Direito Digital e em Cibersegurança e Gestão de Riscos. Mestrando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa. Coordenador do grupo temático de Sistematização da Legislação Eleitoral no eixo Propaganda, Poder de Polícia, Pesquisas Eleitorais e Direito de Resposta, a convite do Min. Luiz Edson Fachin, com contribuições no texto das Resoluções Eleitorais aplicáveis às eleições 2020; Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP; • Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Ex-Servidor do TRE-PB onde atuou como Assessor Jurídico da Procuradoria Regional Eleitoral, do Gabinete do Juiz Federal membro e da Vice-Presidência até 2016. Membro da Comissão Científica da Escola Judiciária do TRE-PB até 2016. Foi o Coordenador do Gabinete dos Juízes Auxiliares de Propaganda /Eleições 2014. Professor da Pós-Graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC. Professor da Pós-Graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS – 2019 Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Digital da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Eleitoral da Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016. Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018. Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018.



Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais para as eleições 2018/2020. Palestrante Convidado pelo Assembleia Legislativa de Santa Catarina – 2015. Palestrante convidado pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Goiás e Paraná, Rio de Janeiro, e pelo Ministério Público de São Paulo. Palestrante Convidado da Escola de Magistratura da Paraíba (ESMA-PB -2014/2016); Palestrante Convidado da Procuradoria-Geral de Justiça-PB (MPPB 2014).Coautor dos Livros: Reforma Política, Diálogos e Reflexões (2016) e Participação Política, Balanços e Perspectivas (2017), ambos da Editora Instituto Memória, Coautor do livro Direito Eleitoral e Ciência Política (2018) Editora Espaço Acadêmico. Coautor da Coleção Tratado de Direito Eleitoral, Organizado por Luiz Fux, Walber Agra e Luiz Fernando Casagrande, 2018, Editora Fórum. Coautor do Livro Constituição e Processo Eleitoral, 2018, Editora Fórum.

Chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

É fato que, cada professor possui características que o tornam invulgar, seja pelos conhecimentos e pela experiência que adquiriu ao longo da vida, pela capacidade de instigar os alunos à pesquisa e à reflexão acadêmica, seja pela sua oratória, pelo seu carisma, pela sua metodologia, enfim, um amplo espectro de qualidades peculiares, que obstam a uma comparação em análise objetiva e isonômica, própria dos certames públicos.

Por essa razão, salvo a hipótese de treinamentos padronizados, na qual a atuação do professor não seja relevante ao alcance de seu resultado, a contratação de cursos comprehende hipótese de inexigibilidade de licitação, consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Nessa vertente já se manifestou o Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão n. 1.247/2008.

À vista disso, é que se arrima a contratação requerida no artigo 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, bem como no art. 74, III, “f” da nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021



ORÇAMENTO PARA TURMA COM 30 ALUNOS

Proposta Comercial
Orçamento válido por 30 dias

CURSO AO VIVO PELO ZOOM - SEM GRAVAÇÃO

Investimento:

Valor por aluno: R\$1000,00

Número de alunos: 30

Valor total da turma: R\$30.000,00 (Trinta mil reais).

- Carga horária: 20 horas-aula
- 5 encontros de 4 horas (20h), ao longo de uma semana.
- Modalidade: AO VIVO via zoom.
- Período das inscrições: A definir
- Início do curso: A definir
- Término do curso: A definir
 - O aluno terá que acessar pelo menos 80% (4 aulas) do curso para receber o certificado.
 - Os certificados serão entregues 10 dias úteis após o término do curso.
 - A empresa se reserva o direito de alterar o conteúdo programático conforme as mudanças legislativas que ocorrerem para o pleito de 2024.

NOTA IMPORTANTE:

As resoluções eleitorais do TSE para 2024 deverão ser publicadas até 05 de março de 2024, na forma da Lei. Para os cursos contratados e ministrados antes da publicação do referido texto pelo TSE, serão feitos, posteriormente à publicação, vídeos explicando os principais pontos de mudanças, os quais poderão ser assistidos no canal do YouTube da PoliTalks/Prof. Basílio.

A contratação do curso não importa em transmissão dos direitos autorais do professor para o órgão contratante.

GRAVAÇÃO EXPRESSAMENTE PROIBIDA

Contato para mais informações:



COMERCIAL@POLITALKS.COM.BR

POLITALKS.CONULTORIA@GMAIL.COM



(31) 97555-1877

(APENAS WHATSAPP)



PoliTalks

Coordenação

PAULA DE CARLI

Sobre a empresa:

Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Nome Fantasia: POLITALKS CONSULTORIA
AVANÇADA

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Empresa Optante Simples Nacional

[REDACTED] :

[REDACTED] S

[REDACTED] A

[REDACTED] L

[REDACTED] 9

[REDACTED] 5